

REVISTA DE ECONOMIA DA UEG

ISSN 1809-970X

DOSSIÊ ESPECIAL
TRABALHO, CAPITALISMO E MIGRAÇÕES

Org.: Glauber Lopes Xavier



Segunda Classe (1933) – Tarsila do Amaral

Pintora brasileira (1886-1973)



DOI: [10.31668/reueg.v18i1](https://doi.org/10.31668/reueg.v18i1)

CRISE VENEZUELANA, POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E O REFUGIADOS NO CONTEXTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

VENEZUELAN CRISIS, MIGRATORY POLICIES AND REFUGEES IN THE CONTEXT OF DEPENDENT CAPITALISM

MAX HENRIK MARQUEZAN SILVA

 <http://lattes.cnpq.br/0711563184051668>

Professor, licenciado em História pela Universidade Estadual de Goiás, Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí, e atualmente mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER-UEG).

GLAUBER LOPES XAVIER

 <http://lattes.cnpq.br/2831400436201952>

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás e pós-doutor em Ciências Sociais pela Universidade Rural do Rio de Janeiro. Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás, atuando na graduação e na pós-graduação. Desenvolve pesquisas em Economia Política, principalmente sobre as seguintes temáticas: teoria marxista, Estado, América Latina.

Resumo

A questão venezuelana é um fator emergente e muito próximo da realidade brasileira, dado às proximidades estruturais entre os países latino-americanos, e o numeroso contingente de imigrantes que atravessaram as fronteiras do Brasil, principalmente a partir de 2018. Nesse cenário, muitos discursos e visões foram construídos sobre essa realidade, de maneira a promover equívocos e distorções do real contexto vivenciado pelos refugiados venezuelanos. Dessa forma, o presente artigo busca discutir, a partir do contexto do capitalismo dependente, a realidade destes indivíduos no Brasil, no intuito de compreender esse cenário no que tange às causas e consequências vivenciadas pelos imigrantes. Para tal, partindo de uma revisão bibliográfica, serão discutidos os aspectos da migração venezuelana a partir da crise que atingiu a Venezuela, problematizando o contexto do capitalismo que incide sobre essa história.

Palavras-chave: Migração venezuelana; Política migratória; Capitalismo dependente.

Abstract

The Venezuelan issue is an emerging factor and close to the Brazilian reality, given the structural proximity between Latin American countries, and the large contingent of immigrants who crossed the borders of Brazil, mainly from 2018. discourses and visions were built on this reality, to promote misunderstandings and distortions of the real context experienced by Venezuelan refugees. Thus, this article seeks to discuss, from the context of dependent capitalism, the reality of these individuals in Brazil, to understand this scenario in terms of the causes and consequences experienced by immigrants. To this end, starting from a bibliographic review, aspects of Venezuelan migration will be discussed from the crisis that hit Venezuela, problematizing the context of capitalism that affects this history.

Keywords: Venezuelan migration; Migration policy; Dependent capitalism.

INTRODUÇÃO

A História da América Latina, apesar de ocorrer sobre um mesmo panorama, no contexto de expansão capitalista pelo mundo, é amplamente diversificada e heterogênea, e, sobretudo atualmente, não se pode analisá-la sem considerar as particularidades vivenciadas e manifestadas por cada lugar. Encontramos na linha temporal eventos similares, como processos de colonização, independências, revoluções, revoltas, ditaduras e contradições políticas, que ecoam por diversos países latino-americanos, os quais, porém, irão carregar aspectos peculiares de sua história, inseridos e determinados dentro de um contexto específico, construído a partir dos modos de produção desenvolvidos e suas decorrências nas relações sociais.

De tal modo, cada país carrega em sua estrutura econômica traços dos moldes de produção colonial, que se desenvolveram em cada região a considerar seus aspectos naturais e físicos, como clima, vegetação, relevo e suas implicações em atividades agropecuárias, sua disponibilidade de recursos naturais, minerais e energéticos, e as formas de relações sociais desenvolvidas a partir das relações de produção, inicialmente determinadas pela lógica mercantil e pelo trabalho escravo, e posteriormente, de forma tardia, pela industrialização e pelo trabalho assalariado.

Nesse sentido, as relações sociais e as relações de produção serão determinadas e pautadas pelos interesses do capital e de sua reprodução. Martins (2019) aponta que o capitalismo, ao mesmo tempo, dissolve relações sociais que bloqueiam essa reprodução e incorpora a ela as persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas, e, com isso,

[...] de fato ele as recria, mas agora como momento do seu processo de reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento de sua reprodução ampliada (MARTINS, 2019, p. 79).

Além desses, outro importante elemento que marca o contexto latino-americano desde o início da exploração capitalista e formação das sociedades coloniais até a atualidade, é a relação do modelo econômico e social, pautado no discurso modernizante, com as populações nativas e com os trabalhadores no geral, também no sentido de assegurar sua dominação e reprodução em ampla escala.

O processo que marca a inserção e consolidação do capitalismo na América Latina, em especial da Venezuela apresenta alguns pontos similares ao processo brasileiro, principalmente no que tange a oferta de recursos naturais valiosos para a produção industrial, como minério de ferro e petróleo, mas resguarda alguns pontos característicos, sobretudo na gerência estatal desses recursos frente ao incessante interesse estrangeiro e a necessidade de recursos tecnológicos para sua exploração (GALEANO, 2019). Em meio a uma profunda crise, gerada por essas contradições, muitos venezuelanos partiram de seu país de origem, buscando melhores condições de vida e existência em outros países americanos.

Nesse cenário, vale destacar que a sociedade venezuelana, sobretudo a classe trabalhadora, tem suas condições de vida determinadas pela estrutura macroeconômica que gere o país, no contexto de um mercado mundial, marcado por condições de dependência em relação aos investimentos externos. Essa dependência gera lucros aos dominantes da economia venezuelana, pautada sobretudo no rentismo petrolífero, bem como ao Estado, proprietário do petróleo em seu estado de recurso natural, restando à classe trabalhadora tão só a exploração de sua força de trabalho. De acordo com Bakunin (2011), em sua crítica ao Estado, enquanto este existir, está traçada aos subalternos, uma história de ruína e miséria, em que suas consequências inevitáveis serão permanentes.

Enquanto os Estados existirem, as massas populares, mesmo nas repúblicas mais democráticas, serão escravas de fato, pois elas não trabalharão com vistas a sua própria felicidade e sua própria riqueza, mas para o poderio e para a riqueza do Estado. [...] o Estado outra coisa não é senão a garantia de todas as explorações em proveito de um pequeno número de felizes privilegiados, em detrimento das massas populares. Ele se serve da força coletiva e do trabalho de todos para assegurar a felicidade, a prosperidade e os privilégios de alguns, em detrimento do direito humano de todos (BAKUNIN, 2011, p. 68).

Dessa forma, partindo de uma análise teórica da conjuntura econômica e política que reside sobre a sociedade venezuelana, o presente artigo pretende analisar a relação entre as condições de vida na Venezuela contemporânea e a situação que o migrante venezuelano encontra no Brasil a partir das políticas migratórias. De modo geral, este texto é um desdobramento de uma pesquisa de mestrado, focando em traçar as aproximações entre os distintos contextos, e explorar se a tão buscada melhoria nas condições de vida foi e está sendo, de fato, alcançada, ou se as condições desses indivíduos estão sendo agravadas pelo neoliberalismo e dificultadas pelas políticas governamentais.

CRISE VENEZUELANA NO CONTEXTO DO CAPITAL

O capitalismo mundial e seu processo de inserção nas economias periféricas, se mostrou desde a colonização em faces de desigualdade e profundas contradições socioeconômicas. No contexto do mercantilismo, as nações latino-americanas em formação, foram exploradas de forma intensa e predatória, para atender os interesses das metrópoles mercantis, que “tinha como razão de ser a acumulação de capitais nas metrópoles europeias” (FRANCO JÚNIOR, 1986, p.116). Com o fim da colonização, essas nações passaram a se desenvolver na busca por uma economia autônoma, e com certas dificuldades, no geral, conseguiram sua inserção no mercado global, atuando basicamente como países de exportação.

Esse cenário marcou o fim do colonialismo mercantil, entretanto não rompeu com a dependência que os países latino-americanos possuem de investimento externo. É muito comum, como aponta Galeano (2019), nessas nações, o discurso de que não existem recursos para explorar os recursos. Assim, em meio a inúmeros recursos naturais, com potencial mineral e energético, inexploradas pelas carências tecnológicas, abre-se nesses países, a porta para a colonização estrangeira desses recursos, legitimadas pelo discurso do progresso, integração nacional e desenvolvimento econômico.

Todo desenvolvimento tem seu preço, e os custos pagos pela população latino-americana enchem os bolsos dos novos aventureiros, que se empreitam em empreendimentos milionários pelas planícies da América Latina, enquanto os prometidos retornos financeiros permanecem num plano utópico discursivo. Esse fator em comum entre as economias latino-americanas, entretanto, não tem sido um fator de aproximação entre essas nações, mas cada uma, dentro das condições fornecidas pelos processos históricos de formação e pelo território em que estão localizadas, busca a seu modo driblar essas condições, em que nem o Estado nacional e muito menos a sociedade, conhecem todas as possibilidades perdidas com as privatizações e vendas de terras naturais a empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas.

Muitos estudos centrados nessa temática, analisam especificamente a questão da Venezuela frente à exploração petrolífera no país, que possui uma das maiores reservas de petróleo mundiais. Além disso, dão maior enfoque à política nacional do país, no contexto das contradições, golpes, intervenções, relacionando os problemas existentes à política socialista empreendida nas últimas décadas no país. O presente trabalho, considera essas questões, porém, busca inseri-las no contexto do capitalismo periférico que condiciona as existentes formas de política e economia desenvolvidas no país.

De modo geral, pensando na gênese desse sistema, as origens do capitalismo e seu processo de desenvolvimento e difusão, se pautaram nas relações de classe a partir de uma lógica de dominação. Entretanto, diversos teóricos analisaram esse processo sobre óticas distintas. Karl Marx,

o teórico que mais se aprofundou nessa análise, visualiza essas relações partindo da luta de classes para demonstrar as relações de produção em sua totalidade, visando a completa transformação da sociedade. Karl Polanyi (2000), por sua vez, com uma profunda leitura do capital, analisou o capitalismo a partir das transformações da sociedade, partindo de sociedades com mercado para sociedades de mercado.

Ellen Wood (2001), analisa em sua obra “A origem do capitalismo” as diversas interpretações do capitalismo, buscando discutir sua origem a partir de uma nova ótica interpretativa. A crítica da autora parte de sua leitura acerca das interpretações da origem do capitalismo que, em sua maioria, não alcançam a essência dessa gênese.

O capitalismo parece estar sempre lá, em algum lugar, precisando apenas ser libertado de suas correntes - dos grilhões do feudalismo, por exemplo - para poder crescer e amadurecer. Caracteristicamente, esses grilhões são políticos: os poderes senhoriais parasitários ou as restrições de um Estado autocrático. Às vezes são culturais ou ideológicos. (...) O efeito dessas explicações é enfatizar a continuidade entre as sociedades não capitalistas e capitalistas, e negar ou disfarçar a especificidade do capitalismo (WOOD, 2001, p. 13).

Wood critica principalmente o caráter linear das análises do capital, o que não ocorre, porém, em autores como Marx e Bakunin, que destacam a circularidade dos eventos, e o processo gradual de sua formação, partindo, essencialmente, da ruptura, também gradual, com elementos do *Ancien Regime*, que tem como marco a Revolução Industrial (inglesa) e a Revolução Francesa. Independente das origens do capitalismo, que não são o foco do presente artigo, o fato é que em toda sua transitoriedade e desenvolvimento no sentido mundial, delegaram ao capitalismo atual uma estrutura específica da Divisão Internacional do Trabalho, na qual não há somente a exploração de uma classe sobre outra, mas também de países, industrializados e “desenvolvidos” sobre países considerados “subdesenvolvidos”, como é o caso dos países da América Latina. Essa estrutura, gerou a esses últimos fortes contradições socioeconômicas e políticas, que enfrentam ainda hoje profundos problemas estruturais.

A Venezuela nos últimos anos tem atravessado um árduo período de crise, que desestruturou sua economia, gerou um acentuado desemprego e elevou as taxas de inflação no país a níveis catastróficos, forçando milhares de venezuelanos a migrarem para outros países, sobretudo da América Latina, em busca de melhores condições de vida. Nesse contexto, os venezuelanos passaram a adentrar a fronteira do Brasil, com maior intensidade sobretudo a partir de 2018, tendo como porta de entrada principal o estado de Roraima, devido às suas condições fronteiriças com a Venezuela.

Diante dessa conjuntura, a estrutura pública de Roraima se viu sobrecarregada, tornando a situação precária não somente para os migrantes venezuelanos, como para os próprios moradores do estado de Roraima, em face dos limites do orçamento público do estado, que não comportava em seu

planejamento esse cenário de crise. Nesse contexto, a política nacional encontrou na política de interiorização, a solução prévia para aliviar a estrutura pública de Roraima, através da desconcentração desses migrantes, que foram interiorizados e distribuídos pelo território brasileiro.

Esse Plano de Ação regional estabelece o apoio técnico e logístico à estratégia de interiorização, que consiste em ajudar os venezuelanos em situação de vulnerabilidade a encontrar melhores condições de vida em outros estados, sem sobrecarregar nenhuma região, como o ocorrido em Roraima. Tal política foi adotada pelo Governo brasileiro respeitando, tecnicamente, a vontade do indivíduo migrante em participar desse processo, com a adesão voluntária, tendo o conhecimento sobre as condições que serão enfrentadas nas novas cidades de destino em termos de estrutura e assistência, como, emprego, moradia e serviços de saúde (CARNEIRO, 2019, p. 245).

Assim, o migrante venezuelano, que já figurava no debate político nacional, muitas vezes de forma equivocada quanto às causas e consequências de sua migração, aproxima-se da realidade da sociedade brasileira, tornando-se presente em boa parte do território nacional, em que alguns conseguiram adentrar ao mercado de trabalho, matricular os filhos nas escolas e encontrar moradia, enquanto boa parte ainda permanece em condições precárias de vida.

Algumas notícias veiculadas na mídia nacional, tanto através de ferramentas governamentais, quanto pela OMI (Organização Mundial do Imigrante), endossam o sucesso da política de integração à sociedade brasileira. Entretanto, uma cena que tem sido recorrente nos sinaleiros das cidades brasileiras, inclusive cidades goianas, é de indivíduos ou famílias venezuelanas, pedindo dinheiro, trabalho, ou qualquer tipo de ajuda que possa amenizar sua situação.

Nesse sentido, é fundamental para a pesquisa acadêmica, seja sob uma perspectiva social, econômica ou mesmo política, trabalhar esses indivíduos, de forma a ampliar o conhecimento acadêmico e geral acerca do migrante venezuelano no intuito de demonstrar sua situação em território nacional. Para tanto, é indispensável uma leitura crítica da Venezuela Contemporânea, buscando as razões e porquês para tal fenômeno, bem como do Brasil, e com isso compreender os elementos de repulsão e atração que englobam a migração venezuelana.

POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E O IMIGRANTE VENEZUELANO NO BRASIL

O capitalismo mundial nunca escondeu suas fortes contradições, de caráter político, social e econômico, existentes nas relações sociais e trabalhistas, e acentuado na divisão internacional do trabalho. Nessa divisão, o mundo capitalista se divide, em suma, entre países desenvolvidos, industrializados e produtores de tecnologia, mercadorias, e países subdesenvolvidos, ou dependentes, em processo de industrialização, potenciais consumidores da produção em massa dos países desenvolvidos, mantendo sua economia por meio da exportação de cultivos agrícolas, e recursos minerais e energéticos, em boa parte, empreendidos por empresas estrangeiras.

Esse cenário, alarmante em boa parte dos países do hemisfério sul, gera uma forte dependência, facilmente notada nos países latino-americanos, principalmente diante dos Estados Unidos, que tem forte influência sobre o continente. Assim, além dos problemas recorrentes gerados

pela política capitalista, os trabalhadores latino-americanos vivem sobre esse agravamento da dependência, e estão à mercê dos interesses de grupos estrangeiros dominantes, como ocorre no Brasil desde o golpe militar de 1964, e que na Venezuela passou por períodos de tensões e contradições ainda mais acentuados.

Desde o final do século XX, contraindo uma alta dívida externa, a Venezuela vem oscilando entre períodos de crise e melhorias socioeconômicas, tendo um contexto político influenciado não somente pelo neoliberalismo, mas também por práticas de ordem socialista, que tornam a situação do país ainda mais contraditória. Marcados nas últimas décadas por profundas crises, entre 2017 e 2018 os venezuelanos sofreram uma piora nesse cenário, e o que antes já vinha provocando migrações para outros países tornou-se um fenômeno em massa, de diáspora venezuelana pela América Latina (CARNEIRO, 2019).

Tratar de América Latina, partindo dos movimentos migratórios provocados pelas contradições econômicas e sociais existentes, é aprofundar-se no sistema capitalista, refletindo sobre os profundos impactos das políticas neoliberais na economia desses países, e na estrutura da sociedade. Para tanto, a proximidade com o objeto destacado se dará ao passo em que esta análise se posicione a partir da ótica do trabalhador proletário, mais especificamente do trabalhador migrante venezuelano, que parte em fuga das contradições neoliberais presentes na Venezuela, e que encontra condições de existência e sobrevivência similares em outros países latino-americanos. Isso indica uma semelhança da organização econômica e dos modos de produção dessas nações, frente à divisão internacional do trabalho, divisão esta que condiciona características de exportação de matérias-primas e recursos naturais e estrutura uma forte dependência em relação aos países “desenvolvidos”.

Como ressalta Marx (2007), o modo de produção da vida material determina o grau de desenvolvimento da vida social. Assim, as implicações que inviabilizaram as condições de vida para as classes trabalhadoras da Venezuela são resultado direto da estrutura de produção implantada no país, que por sua vez é determinada por uma elite econômica extra fronteira, cujas relações de dominação e dependência são distintas das encontradas em países que gerenciam sua própria força econômica, isto é, os países considerados “desenvolvidos”.

Não que as condições da classe trabalhadora desses países sejam assombrosamente mais satisfatórias que a situação dos trabalhadores latino-americanos, mas deve-se compreender as diferenças dessas condições, condicionadas pelas diferenças de arranjos na cadeia produtiva internacional. Tal como destaca Vânia Bambirra (2013), o capitalismo latino-americano se desenvolve na conjuntura da expansão e evolução do capitalismo mundial, e, em face a esse contexto, assumiu uma estrutura específica, que se configurou em tipos específicos de capitalismo dependente.

A concepção marxiana de História é sem dúvidas a mais eficaz e coerente perspectiva para contemplar o objeto de análise dentro de sua totalidade concreta, e não como mero elemento abstrato. Essa concreticidade torna possível a aproximação real do objeto em questão ao pesquisador, permitindo uma maior veracidade e amplitude, visto que, ao contrário de boa parte das perspectivas de análise, não retira a classe operária de sua participação da história vivida. Entretanto, é necessário destacar que esta é profundamente condicionada pelos interesses das classes dominantes. Como aponta Marx (2007),

Na história que se deu até aqui é sem dúvida um fato empírico que indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (cuja opressão eles também representavam como um ardil do assim chamado espírito universal etc.), um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como (MARX, 2007, p. 40).

Essa concepção da história, como destaca Marx (2007), consiste em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata, em que os sujeitos trabalhadores estão condicionados. O contexto específico da Venezuela, um país amplamente explorado pela economia rentista, da qual tem como cabeça os representantes da burguesia estrangeira, condiciona os trabalhadores que, em meio às relações estatais com a exploração petrolífera e com os interesses do capital, não guardam nenhuma fatia do bolo de lucros à classe operária, em um país que detém a maior reserva mundial de Petróleo.

As forças produtivas se desenvolvem mais depressa do que as relações sociais; no capitalismo, a produção é social, mas a apropriação dos resultados é privada. Essa contradição fundamental anuncia o descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social. A desigualdade do desenvolvimento se expressa nos desencontros que nos revelam diversidades, e não uniformidades da mesma realidade econômica e social (MARTINS, 2019, p. 80).

As últimas décadas do século XX, marcam um período de decadência ou crise econômica para a Venezuela, bem como para alguns países latino-americanos, intensificados, de modo geral, por um crescimento exponencial da dívida externa, contexto que gerou conflitos e discussões na busca por solucionar o problema em questão. Segundo Bandeira (2002), esses países tomaram medidas análogas para renegociarem a dívida externa, tais como as privatizações de empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização unilateral do comércio exterior. Entretanto, tais medidas contribuíram para um domínio de capital estrangeiro sobre as economias nacionais, sobretudo de capital estadunidense, que, aproveitando-se da questão da dívida externa, estabelece uma relação de dependência desses países para com seus investimentos. (BANDEIRA, 2002).

Como ressalta Machado (1999), a história econômica dos países latino-americanos é de um crescente endividamento externo, que se configura em uma maior e mais sólida submissão ao capital externo. Assim, o que antes era denominado de desenvolvimento/subdesenvolvimento, passa a ser entendido como uma relação de dominação e dependência, dando um sentido de continuidade ao colonialismo nos países latino-americanos, porém com uma nova forma e estrutura de produção e

exploração. Dessa forma, a história do subdesenvolvimento, ou melhor, da dependência latino-americana, é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial, nos moldes hoje conhecidos. (MARINI, 1990).

Azeredo (2003) ressalta que, em meio à crise econômica e ao endividamento externo nas últimas décadas do século XX, o governo da Venezuela toma uma série de medidas neoliberais, em conformidade às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do governo dos Estados Unidos. Essas medidas provocam uma aparente melhoria macroeconômica, que não teve qualquer repercussão na vida do trabalhador comum, período com taxa de crescimento do desemprego e subemprego, bem como do empobrecimento da população. Por conseguinte, a dependência econômica da Venezuela, bem como de outros países latino-americanos, ocorre a partir da difusão do neoliberalismo na economia política, que se dá por meio da exploração dos recursos naturais e dos trabalhadores.

Assim, o trabalhador segue tendo sua vida determinada pelos modos de produção, que por sua vez se orientam pelo e para os interesses burgueses aliados aos interesses estatais. Como aponta Marx (2007), a classe que tem à sua disposição os meios de produção material, também dispõe sobre os meios de produção espiritual. Nesse sentido, a dominação da classe burguesa sobre a classe operária não se dá somente por vias econômicas, sendo necessário também que estes dominem como pensadores e produtores de ideias. Essa estrutura é indispensável para a construção de uma falsa consciência da realidade, bem como da exploração dos recursos naturais, que são, no contexto da Venezuela, propriedade estatal; apesar disso, a exploração e produção de Petróleo, bem como a exportação de ferro e outros recursos, são gerenciados pelo capital externo (GALEANO, 2019). o que acentua e reproduz o capitalismo, bem como a condição de dependência, que ocorre no âmbito das contradições. Como aponta Martins (2019, p. 80),

O tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição; não só contradição de interesses opostos, como os das classes sociais, mas temporalidades desencontradas e, portanto, realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas condições básicas.

Eduardo Galeano (2019) atrela a dependência da economia da América Latina aos interesses do capitalismo estadunidense nos recursos naturais encontrados, sobretudo, no subsolo latino-americano, como os recursos minerais e energéticos, que no caso da Venezuela destacam-se o Ferro e o Petróleo. Segundo o autor, o domínio exercido pelas forças norte americanas sobre esses recursos, produziu uma série de conflitos, expropriações e golpes de Estado na América Latina, como a Ditadura Militar vivenciada no Brasil que, estimulada pela tímida burguesia nacional, contribuiu para

assegurar os interesses dos Estados Unidos no solo brasileiro, praticamente doando as terras brasileiras para a exploração capitalista. Como destaca Galeano (2019, p. 193-192), no contexto brasileiro, “as esplêndidas jazidas de ferro do vale do Paraopeba derrubaram dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, antes que o marechal Castelo Branco, assaltante do poder em 1964, amavelmente as cedesse à Hanna Mining-Co.”

Na Venezuela também pode-se observar essas características dos governos que terceirizam a exploração dos recursos naturais à exploração estrangeira. No que tange à exploração do petróleo, Galeano (2019) ressalta que as filiais da Venezuela produziram no ano de 1957 mais da metade dos ganhos da *Standard Oil* (Nova Jersey - EUA), em todos os lugares, e a metade dos ganhos da *Shell* no mundo inteiro. Desse modo, os recursos naturais venezuelanos, bem como de outros países da América Latina com petróleo no subsolo, tornaram-se o principal instrumento de dominação econômica, dependência financeira, servidão política e degradação social. (GALEANO, 2019).

Entretanto, a exploração desses recursos é recente, e outros fatores, historicamente construídos condicionam as relações de dependência na América Latina. Os países latino-americanos, de modo geral, a partir dos desdobramentos históricos a contar do ataque dos colonizadores europeus, passando por toda a exploração mercantil do período colonial, pelos movimentos emancipatórios e transformações políticas e econômicas internas, construíram e estruturaram um mercado interno próprio. Assim, apesar de a base material em que se alicerça a industrialização desses países ter se orientado pelas vias do capitalismo estrangeiro, isso ocorre dentro das condições internas existentes (BAMBIRRA, 2013), construídas historicamente nesses países a partir das contradições sociais existentes nos modos de produção e nas relações trabalhistas moldadas sob a herança colonial. O que ocorre, como ressalta Bambirra (2013), é uma intensificação e agravamento das contradições econômicas existentes, que gera novas contradições, que constituem um fator de crise generalizada nos países da América Latina, como ocorreu na história recente da Venezuela.

Stavenhagen (2014), apontando e discutindo sete teses equivocadas sobre a América Latina, destaca a errônea afirmação de que o possível desenvolvimento e progresso latino-americano se realizaria a partir da difusão de produtos do industrialismo nas zonas atrasadas, arcaicas e tradicionais. O autor argumenta que, no contexto do capital, a difusão desse industrialismo já ocorre na América Latina a mais de quatrocentos anos, e que mesmo assim, o continente, à exceção de “certos focos dinâmicos de crescimento”, está mais subdesenvolvido do que nunca. Assim, a tese correta, nas palavras do autor, seria: “o progresso das áreas modernas urbanas e industriais da América Latina se faz às custas das áreas atrasadas, arcaicas e tradicionais.” (STAVENHAGEN, 2014, p. 162).

Nesse sentido, para compreender a fundo a crise contemporânea que atinge a Venezuela, país vizinho e fronteiro ao Brasil, com o qual possui certas proximidades, é necessário, além de avaliar as questões econômicas supracitadas, visualizar essas contradições sob a perspectiva da classe operária, que vivencia cotidianamente essa problemática, pois, partindo da concepção marxista, entende-se que o indivíduo social, mesmo inserido em uma sociedade que o condiciona em suas

relações e em suas ações, possui uma consciência ativa, que, por sua vez, é dotada de um caráter social. (VIANA, 2007b). Ao passo em que o modo de produção da vida material, determina e condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual, não será a consciência dos indivíduos que irá determinar seu ser, mas sim o seu ser social que irá determinar sua consciência. (MARX, 2007).

De acordo com Marx (2017), no *18 de brumário de Luís Bonaparte*, os seres humanos constroem sua própria história, entretanto esta construção não ocorre da forma como querem, ou seja, sob circunstâncias de sua própria escolha, mas sim sob aquelas que encontram imediatamente diante de si, transmitidas pelo passado. Ao passo em que o peso das gerações recaem como um fardo sobre os ombros dos vivos, não se pode analisar determinado período de transformações pela mesma consciência de si, mas sim deve-se explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, e pelo conflito entre as forças produtivas e as relações de produção. (MARX, 2017).

Para tal, um caminho viável é o método dialético, que busca descobrir a essência do fenômeno, sendo que o verdadeiro método dialético só é manifestado quando se parte da perspectiva do proletariado, e tal perspectiva exige o método dialético. (VIANA, 2007b). Marx orienta sua análise sob essa natureza, desenvolvendo a consciência da história em sua máxima, partindo das singularidades e universalidades humanas, não atendendo aos interesses dominantes, e sim os interesses revolucionários do proletariado. Para tal, ele insere a história das sociedades humanas em um patamar de um desenvolvimento temporalmente irreversível da totalidade das sociedades. (VIANA, 2007a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, a porção teórica do presente estudo, é orientada a partir da perspectiva do proletariado, de modo a ressaltar seu papel ativo na construção da história, dentro das condições históricas. Assim, o migrante venezuelano é compreendido nesse pensamento no centro do processo que degrada e agrava sua situação trabalhista, no contexto de migração forçada para outro país, inserido dentro de uma estrutura capitalista, em que sua fuga da crise socioeconômica enfrentada na Venezuela não representa sua separação das contradições econômicas e sociais, que serão percebidas por esse trabalhador nos países ao qual ele se destina, como no Brasil, um dos países mais atrativos para esses migrantes. De modo geral, entende-se a estrutura internacional determinada pelo capitalismo, assim como a organização econômica da Venezuela e o Estado como agente regulador dessa estrutura, os principais fatores para essa crise e a migração em massa de venezuelanos.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, Mauro Mendes de. A crise da democracia venezuelana: Relações com os Estados Unidos. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (orgs.) **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003.
- BAKUNIN, M. A. **O princípio do Estado e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2011.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.**, vol. 45, nº 2, 2002.
- BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica**. Tese (Doutorado) - Universidade do rio de Janeiro, 2011.
- CARNEIRO, Luíza de Macedo Soares Vieira, A interiorização dos Refugiados Venezuelanos no Brasil. **Caderno de Relações Internacionais/ PUC-RIO**, vol. 2, 2019.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM Pocket, 2019
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.) **Métodos de pesquisa**. Coord. UAB/UFRGS - Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.
- MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, vol. 13, nº 35, 1999.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. México: Editora Era, 1990.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. - 2ª ed. - São Paulo: Contexto, 2019.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: edipro, 2017.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna 27ªed.,. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Sociedade e Cultura**, vol. 17, nº 1, 2014.
- VIANA, Nildo. **A consciência da História**. Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.
- VIANA, Nildo. **Escritos metodológicos de Marx**. Goiânia: Alternativa, 2007.
- WOOD, Ellen M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Artigo recebido em 05/08/2022

Aprovado em 10/02/2023

SILVA, Max Henrik Markezan; XAVIER, Glauber Lopes. Crise Venezuelana, Políticas Migratórias E O Refugiados No Contexto Do Capitalismo Dependente. Revista de economia da UEG vol. 18 n. 1 Jan/Jun (2022).